



## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

## VOTO DFQ

**RELATORIA:** DFQ**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA**NÚMERO:** 47/2025

**OBJETO:** Requerimento da VLI Multimodal S.A. perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para fins de extinção do Contrato de Adesão nº 17/SNTT/MINFRA/2021, por renúncia, relativo à outorga para exploração de ferrovia em regime de autorização da Estrada de Ferro EF-453, localizada entre Uberlândia/MG e Chaveslândia/MG.

**ORIGEM:** Superintendência de Transporte Ferroviário (SUFER)

**PROCESSO:** 50500.027681/2022-12

**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** Não há

**ENCAMINHAMENTO:** por declarar extinto, por renúncia, o Contrato de Adesão nº 17/SNTT/MINFRA/2021, firmado com a VLI Multimodal S.A.

**1. DO OBJETO**

1.1. Requerimento da sociedade empresária VLI Multimodal S.A. (VLI) para extinguir, por renúncia, da outorga para exploração de ferrovia, em regime de autorização, da Estrada de Ferro EF-453, situada entre Uberlândia/MG e Chaveslândia/MG, objeto do Contrato de Adesão nº 17/SNTT/MINFRA/2021.

**2. DOS FATOS**

2.1. O então Ministério da Infraestrutura (MINFRA), em 29 de dezembro de 2021, celebrou o Contrato de Adesão nº 17/SNTT/MINFRA/2021, com a empresa VLI, atinente à exploração da Estrada de Ferro EF-453, localizada entre os Municípios de Uberlândia/MG e Chaveslândia/MG.

2.2. Em 13 de dezembro de 2024, por meio da Carta nº 922.VLIREG.24 (SEI 28377401), a autorizatária protocolou a renúncia à outorga por autorização para exploração da EF-453, objeto do mencionado contrato de adesão.

2.3. A Superintendência de Transporte Ferroviário (SUFER), por meio das Notas Técnicas SEI nº 593/2025/COPAM/GECOF/SUFER/DIR/ANTT (SEI 29816117) e nº 2701/2025/COAUF/GEPEF/SUFER/DIR/ANTT (SEI 30793249), analisou o mencionado requerimento.

2.4. Em seguida, instruiu o processo com o Relatório à Diretoria SEI nº 184/2025 (SEI 30793249) e a Minuta de Deliberação 31596652 e remeteu os autos à Diretoria Colegiada para análise e deliberação.

2.5. Na sequência, o processo foi distribuído a esta Diretoria, mediante sorteio realizado em 9 de maio de 2025, nos termos da Certidão de Distribuição 32043570, para análise e proposição ao Colegiado.

**3. DA ANÁLISE PROCESSUAL**

3.1. A Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização do transporte ferroviário (Lei das Ferrovias), versa sobre os comandos legais a serem observados pelas ferrovias exploradas em regime privado, inclusive sobre as possibilidades de extinção do regime de autorização:

Art. 30. A outorga para a exploração de ferrovias em regime de autorização pode ser extinta por:

I - advento do termo contratual;

II - cassação;

III - caducidade;

IV - decaimento;

**V - renúncia;**

VI - anulação;

VII - falência.

(...)

Art. 34. **Renúncia é o ato formal unilateral, irrevogável e irretratável pelo qual a autorizatária manifesta seu desinteresse pela autorização.**

Parágrafo único. A renúncia não deve ser causa isolada para punição da autorizatária, nem a desoneração de multas contratuais ou obrigações perante terceiros. **(grifos nossos)**

3.2. Como se vê, a renúncia é uma das formas de extinção da outorga por autorização. Verifica-se, ainda, que ela é ato unilateral, irrevogável e irretratável e deve ser materializada formalmente.

3.3. Em seu requerimento, a VLI manifestou desinteresse pela autorização, renunciando o trecho e o Contrato de Adesão a ele vinculado. A Nota Técnica SEI nº 593/2025/COPAM/GECOF/SUFER/DIR/ANTT (SEI 29816117) não verificou óbice ao processamento da renúncia, informando que não foram identificados elementos que impeçam a sua formalização.

3.4. Ademais, cabe destacar que a extinção da autorização por renúncia da autorizatária não a desonera das eventuais multas aplicadas ou de suas obrigações perante terceiros, conforme previsto no Contrato de Adesão.

3.5. Assim, tendo em vista as informações e os fatos constantes dos autos, resta claro o cumprimento de todos os requisitos legais, consignados na Lei nº 14.273/2021, necessários para o deferimento do pedido de renúncia materializado pela VLI Multimodal S.A. com relação ao Contrato de Adesão ora em análise.

**4. DA PROPOSIÇÃO FINAL**

4.1. Diante do exposto, VOTO por declarar extinto, por renúncia, o Contrato de Adesão nº 17/SNTT/MINFRA/2021, de 29 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.273/2021, relativo à outorga, por autorização, à VLI Multimodal S.A. para construção e exploração da EF-453, situada entre Uberlândia/MG e Chaveslândia/MG.

Brasília, 2 de junho de 2025.

**FELIPE QUEIROZ**

Diretor



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE FERNANDES QUEIROZ**, Diretor, em 02/06/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **32615874** e o código CRC **D064F286**.

Referência: Processo nº 50500.027681/2022-12

SEI nº 32615874

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)